

Mobilidade pendular e sua relação com o uso e ocupação do solo e a dinâmica imobiliária em Goiânia

Márcia Helena Macedo*
José Aparecido Sorratini**

64

Ur

n. 8 | Junho 2015

Resumo

Deslocamentos pendulares por motivo de trabalho estão entre os mais representativos no conjunto de deslocamentos metropolitanos e sua caracterização é fundamental na identificação da dinâmica de expansão territorial e nos processos de planejamento da mobilidade urbana e metropolitana. Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise exploratória dos fluxos dos deslocamentos nas cidades que compõem a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) utilizando os dados do IBGE, 2000 e 2010. É demonstrado que os tempos de deslocamentos pendulares aumentam inversamente com o nível hierárquico dos tipos socioespaciais e das categorias sócio-ocupacionais e tendem a aumentar ainda mais com a intensificação da ocupação de áreas cada vez mais periféricas promovida pelo setor imobiliário na esteira de programas governamentais de habitação. A periferização ocorre pela interação entre três fatores: as demandas por moradia, os interesses do capital imobiliário e a ineficiência do estado em regular a ocupação do solo urbano integrada à mobilidade.

1. Introdução

Os deslocamentos por motivo de trabalho estão entre os mais representativos no conjunto de deslocamentos urbanos e metropolitanos. Constituem sua maioria absoluta, pois ocorrem com frequência praticamente diária e se concentram nos períodos de pico da manhã no processo de ida e no final da tarde, no movimento de retorno.

Os deslocamentos urbanos são atividades meio e não têm outra finalidade senão aquela de propiciar o acesso às diversas atividades urbanas. Por este motivo, esses deslocamentos são considerados de forma geral pela população como tempo perdido, o qual poderia ser utilizado em outras atividades, quer seja de lazer, de disponibilidade para o convívio familiar ou até mesmo em atividades produtivas. Nos deslocamentos por motivo de trabalho as consequências são ainda mais severas. As longas e demoradas jornadas ao trabalho transformam-se em fatores que predispõem os trabalhadores à redução de produtividade e à redução de tempo livre de qualidade. Neste contexto, a mobilidade pendular, que é característica indissociável do processo de expansão metropolitana ganha evidência

como um fenômeno que se não pode ser eliminado, que seja, pelo menos minimizado.

O fenômeno da metropolização no Brasil tem sido marcado pela rápida evolução do território em termos espaciais e populacionais pela intensificação da segregação socioespacial e o aumento da pendularidade, em que Goiânia não foge à regra. Apesar de ter sido uma cidade planejada, sucumbiu aos mesmos problemas característicos de capitais que tiveram crescimento espontâneo. O fenômeno da metropolização e suas consequências grassam pelo território da “cidade planejada” pressionando de forma constante a expansão de seu perímetro urbano, o transbordamento para as cidades vizinhas, a formação deliberada de vazios urbanos com fins especulativos e o aumento dos movimentos pendulares.

Este trabalho tem por objetivo analisar as características dos fluxos dos deslocamentos pendulares nas cidades que compõem a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) e a sua relação com o processo de segregação socioespacial, a dinâmica imobiliária e o uso e ocupação do solo. Para tanto apresenta uma análise exploratória sobre os deslocamentos pendulares na RMG, e utiliza os microdados do IBGE, 2000 e 2010.

2. Breve relato do processo de expansão territorial e segregação sócioespacial de Goiânia

Goiânia é uma cidade que foi planejada e construída para ser a capital política e administrativa de Goiás. O primeiro projeto da cidade foi elaborado em 1933 e consolidado no documento do “Plano de Urbanização de Goiânia”.

O processo de acelerada expansão e ocupação do território da nova capital teve início já durante o período de construção. Havia, na época, grande preocupação do Estado em efetivar rapidamente a transferência da capital devido à “ferrenha oposição na antiga capital, no sentido de evitar a qualquer custo a sua transferência” (Gonçalves, 2002). Por isso a ocupação da cidade deveria ser realizada o mais rápido possível com a construção de residências e edifícios da administração pública, viabilizando no curto prazo a transferência da nova capital. Corroborando com o rápido processo de ocupação do território, ainda na década de 1930, as áreas que inicialmente pertenciam ao estado foram comercializadas junto aos especuladores imobiliários, com base no Regulamento de Vendas de Terrenos de Goiânia de Julho de 1937. Esta ação, segundo Moraes (2003, p. 180), “foi o ponto de partida para a iniciativa privada começar a estocar o solo urbano da nova cidade, mediante a aquisição de lotes urbanizados ou em urbanização para a revenda posterior”.

A prática da estocagem de lotes, loteamentos e glebas de terra ainda por parcelar permeou toda a década de 1940, tendo sido ainda pior na década de 1950. Como afirmam Moysés *et al.* (2007), neste período, “as áreas mais próximas do centro urbanizado ficaram reservadas à espera de valorização, enquanto que os loteamentos mais distantes, sem infraestrutura, eram vendidos a preços mais baratos para as classes mais pobres, que os ocupavam rapidamente”. Esta verdadeira “explosão de parcelamentos” foi consequência de alterações feitas na legislação urbana em vigor na época, que desonerou os proprietários de terra dos custos de implantação de infraestrutura nos loteamentos, cuja responsabilidade passou a ser do poder público (Moraes, 2003; Moysés *et al.* 2007).

Até então o processo de urbanização, mesmo que precariamente, ainda era controlado pelo Estado a quem cabia regular e administrar o espaço urbano. Porém, nas décadas de 1950 e 1960 tem início o que Gonçalves (2002), chama de período de “desplanejamento de uma cidade planejada”. Esse período seria caracterizado “pela omissão do Estado e do Município em controlar seu crescimento” cedendo à pressão e interesses de grupos de empresários do setor imobiliário que reivindicavam não só a exploração dos espaços como também o direito de fazê-lo.

Paralelamente ao início da construção da nova capital, teve início, também, um processo de segregação socioespacial que persiste até os dias de hoje, como constata Barbosa *et al.* (1997), Gonçalves (2002) e Moraes (2003). Segundo esses autores a cidade não era planejada para todos, pois não foram reservadas, no plano original, áreas destinadas à habitação dos trabalhadores das obras. Como consequência, “ao mesmo tempo em que emergia uma cidade planejada, surgiam também as primeiras invasões que abrigavam os operários imigrantes que chegavam à capital em busca de trabalho” (Barbosa *et al.* 1997). Ainda em relação à dicotomia no desenvolvimento da cidade, Moraes (2003) ressalta que, a estruturação do espaço da cidade, que se orgulha do seu *status* de cidade planejada, “proporcionou a formação de duas cidades distintas: a cidade do plano original e suas adjacências, onde habita a população de melhor poder aquisitivo; e a cidade periférica, que serve de abrigo para as classes sociais menos favorecidas”. Moraes (2003) defende a tese de que a segregação sócio espacial da cidade foi criada e institucionalizada pelas ações do Estado, que era o maior proprietário das terras.

Na década de 1960 houve, por parte dos governos municipal e estadual, uma tentativa de retomar a tradição de cidade planejada e reassumir o controle do seu crescimento, com a contratação de um novo Plano Diretor da cidade, o primeiro após o Plano Original

aprovado em 1938. Porém, este plano não chegou a ser oficializado, em virtude do golpe militar de 1964 (Oliveira, 2005; Moysés *et al.* 2007). Nessa década a cidade evoluiu de forma surpreendente motivada pela forte migração campo/cidade e pela transferência da capital Federal para Brasília. Porém, a partir da década de 1970 mudou a característica da migração para a capital que assumiu um caráter intrarregional e intrametropolitano (Moysés *et al.* 2007). Essa década, segundo Pelá (2009), é marcada “pela atuação das políticas habitacionais financiadas com recursos federais que influenciaram na horizontalização ou extensão da periferia”. A autora refere-se à construção de conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda, localizados em áreas periféricas. A construção desses conjuntos propiciou a formação de extensos vazios na área urbana, com fins especulativos, chamados popularmente de “terras de engorda”.

A década de 1980, considerada como a “década perdida” da economia, é marcada em seu início pela formação de novas centralidades, expressas pela construção do primeiro grande *shopping center* da capital e por outros grandes empreendimentos comerciais (Paula, 2003). A partir deste período intensifica-se o processo de segregação sócio espacial na cidade (Paula, 2003; Moyses *et al.* 2007) ao mesmo tempo em que se verifica a acumulação de capital pelos grandes proprietários de terra urbana. Paula (2003, p. 24) destaca o protagonismo das “invasões” “como agentes indutoras da expansão urbana”. O crescimento demográfico de Goiânia durante esse período foi intenso, muito mais rápido do que o previsto no plano urbanístico. De 1950 a 1960, o crescimento populacional foi de 187,5%; de 1960 a 1970, de 153,9%; e de 1970 a 1980, de 109,7%. A cidade, então planejada para ter no máximo 50.000 habitantes, saltou de uma população de 53.389 habitantes em 1950 para 817.343 habitantes em 1980 (Souza, 1996, *apud* Oliveira, 2008).

Na década de 1990 são consolidadas as tendências de expansão da cidade, principalmente no sentido centro-sul, provocando a conurbação com Aparecida de Goiânia (Moraes, 1991, *apud* Victoi, 2013). A cidade inicia, então, um precoce processo de metropolização que irá culminar com a criação da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), em 1999, da qual faziam parte 11 municípios. Esse processo de metropolização teve como uma das consequências mais notórias o agravamento da segregação social (Moyses *et al.* 2007). A partir da metade dessa mesma década teve início a proliferação de condomínios horizontais de luxo na cidade, cuja tendência é verificada até os dias de hoje. A proliferação desse tipo de empreendimento, que servem de refúgios da classe média alta, vem sendo considerada por diversos autores (Moraes, 2003; Oliveira, 2005) como um novo marco

no processo de segregação urbana na RMG. A RMG conta, atualmente, com 20 municípios e uma população de 2.173.141 habitantes (IBGE, 2010).

3. Mobilidade Pendular

Os deslocamentos diários de pessoas entre o local de residência e o local de trabalho são denominados de “movimentos pendulares”. As características desses deslocamentos é que eles são frequentes e têm como origem e destino final o domicílio. O conceito de movimento pendular utilizado do Brasil deriva do termo *commuting trips* utilizado nos Estados Unidos para designar as viagens diárias entre diferentes unidades administrativas, cujo motivo é o trabalho ou estudo e cuja origem e destino final é o domicílio (*home based trips*). O termo *commuting* caracteriza movimentos que encerram três características: “apreciável extensão, uso de alguns meios de transporte mecânicos e certo grau de convergência” (Beaujeu-Garnier, 1980, *apud* Branco *et al.* 2005).

O movimento pendular é característico das grandes aglomerações e ocorre em virtude da concentração de empregos e instituições de estudo na centralidade principal ou município polo. A caracterização desse movimento é importante para analisar o processo da dispersão das áreas metropolitanas e também da atração exercida pela centralidade principal sobre as demais cidades que a compõem. Nos EUA, o percentual de movimentos pendulares por motivo de trabalho tem sido utilizado, desde 1949, como o principal critério para o estabelecimento dos limites das *Standard Metropolitan Areas* (SMA), (Federal Register, 1998, *apud* Ojima, 2007). Apesar das áreas metropolitanas norte-americanas e brasileiras diferirem substancialmente na motivação da sua criação, o percentual de movimentos pendulares tem sido, utilizado também no Brasil com o mesmo propósito. Branco *et al.* (2005), ressaltam que, “o movimento pendular é revelador da extensão do fenômeno urbano no território, constituindo uma informação utilizada na delimitação de grandes áreas urbanas”. Ojima (2007) reforça a noção da importância da informação sobre o deslocamento pendular como indicador de integração regional e destaca que o indicador “pode nos dar algumas pistas importantes de uma nova forma de organização espacial urbana no Brasil contemporâneo”.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem divulgado informação sobre deslocamento pendulares nos Censos Demográficos desde 1970. Porém, no Censo 1991 este dado foi omitido voltando a ser reintroduzido no Censo de 2000, incluindo pesquisa de município de origem para trabalho e estudo da população

residente. No Censo de 2010 são separados os deslocamentos para trabalho e estudo, que apareciam agregados na pesquisa de 2000 e são adicionadas as informações sobre o tempo do deslocamento entre casa e trabalho. A informação sobre movimento pendular pode ser associada às demais características da população recenseada, como gênero, raça, escolaridade, renda e categorias ocupacionais. Apesar de ser utilizado desde a década de 1970 em razão, principalmente, da demanda por definições das regiões metropolitanas, só mais recentemente, a partir da divulgação dos resultados do Censo 2000, esse dado “passou a ser mais explorado em termos analíticos, embora ainda seja subutilizado frente às suas potencialidades” (Ojima, 2007).

4. Características dos movimentos pendulares Casa Trabalho na região metropolitana de Goiânia

O IBGE (2010) considera como movimentos pendulares aqueles correspondentes aos deslocamentos da população por motivo de trabalho, com destino a outro município que não o de residência. São considerados apenas os deslocamentos pendulares realizados no interior da metrópole (intrametropolitanos) nos quais as pessoas retornam para casa diariamente (pend_dia). Os tempos de deslocamento medidos pelo IBGE correspondem somente aos tempos de ida do domicílio até o local de trabalho principal. A variável medida não se aplica às pessoas que trabalham no próprio domicílio e às que não retornam diariamente do trabalho. As pessoas que realizam movimentos pendulares intrametropolitanos por motivo de trabalho serão tratadas neste texto como *commuters*.

A variável tempo de deslocamento foi estratificada pelo IBGE (2010) em cinco categorias: a) até 5 min (Tempo_5m); b) de 6 min a meia hora (Tempo_6m30); c) de mais de meia hora até uma hora (Tempo_30a1h); d) de mais de uma hora até duas horas (Tempo_1ha2); e) de mais de duas horas (Tempo_2h) (Tabela 1).

Tempo de Viagem	Nº de deslocamentos	% dos deslocamentos
Tempo_5m	81.558	10,0%
Tempo_6m30	408.227	50,0%
Tempo_30a1h	224.484	27,5%
Tempo_1ha2	91.133	11,2%
Tempo_2h	10.825	1,3%

Tabela 1 | Deslocamentos de ida ao trabalho em cada categoria de tempo na RMG.
Fonte: Elaboração própria com base em microdados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

4.1 Caracterização dos deslocamentos intrametropolitanos

O número de pessoas que se deslocam diariamente na região metropolitana, por motivo de trabalho, é de 816.226. Deste total, 160.799 ou 19,7%, são deslocamentos realizados no interior da metrópole com retorno diário para casa. O restante, 655.427 ou 80,3%, são deslocamentos realizados nos limites do próprio município. 60% dos trabalhadores gastam menos de 30 min nos deslocamentos e os 40% restantes gastam mais 30 min, podendo chegar a até duas horas. Em valores absolutos, cerca de 11 mil pessoas gastam mais de 2 horas para efetuaram seus deslocamentos de ida ao trabalho.

Na capital, Goiânia, o número total de deslocamentos dos diversos setores censitários corresponde a 507.791. Desses, apenas 2,9% em média (14.438) são *commuters*. Esta é a menor relação verificada nos municípios pertencentes à RGM (Tabela 2). Em pelo menos quatro deles a relação se aproxima ou supera os 50%. São os casos de Senador Canedo (57,6%), Goianira (55,3%), Aparecida de Goiânia (50,1%) e Abadia de Goiás (49%). Em relação ao crescimento populacional dos municípios da RMG na década de 2000 os dados apontam que, com exceção de cinco municípios, todos os demais tiveram taxas anuais de crescimento superiores ao de Goiânia, que foi de 1,79% (Tabela 3).

Comparando os índices de crescimento com a percentagem de *commuters* verifica-se que existe uma estreita relação entre os dois indicadores. As cidades que apresentaram as maiores taxas de crescimento: Goianira, Senador Canedo, Santo Antônio de Goiás, Bonfinópolis, Abadia de Goiás e Aparecida de Goiânia são aquelas que também apresentaram a maior proporção de *commuters*. As taxas de crescimento das seis cidades correspondem a: 6,18%, 4,76%, 4,25%, 3,51%, 3,3% e 3,1%, respectivamente, e a proporção de *commuters*: 24,8%, 21,5%, 15,9%, 16%, 18,5% e 19,8%, respectivamente.

Município		% de <i>comutters</i>		Município		% de <i>commuters</i>
1	Senador Canedo	57,6%	11	Caturai		29,0%
2	Goianira	55,3%	12	Guapó		25,6%
3	Aparecida de Goiânia	50,1%	13	Nova Veneza		23,9%
4	Abadia de Góias	49,0%	14	Hidrolândia		21,9%
5	Trindade	44,6%	15	Nerópolis		18,9%
6	Bonfinópolis	44,2%	16	Terezópolis de Goiás		17,9%
7	Santo Antônio de Goiás	36,8%	17	Bela Vista de Goiás		10,8%
8	Caldazinha	35,9%	18	Goianápolis		7,9%
9	Aragoiânia	32,1%	19	Inhumas		6,3%
10	Brazabrant	31,0%	20	Goiânia		2,9%

Tabela 2 | Percentagem de *commuters* de cada município da RMG. Fonte: Elaboração própria a partir de microdados do IBGE (2010).

Município	População		Tx. Anual de Cres. %	Nº de <i>commuters</i> (2010)	% de <i>commuters</i> na população (2010)
	2000	2010			
Abadia de Goiás	4 971	6 876	3,3	1 271	18,5%
Aparecida de Goiânia	335 849	455 657	3,1	90 042	19,8%
Aragoiânia	6 428	8 365	2,67	896	10,7%
Bela Vista de Goiás	19 178	24 554	2,5	845	3,4%
Bonfinópolis	5 337	7 536	3,51	1 205	16,0%
Brazabrant	2 776	3 232	1,53	317	9,8%
Caldazinha	2 872	3 325	1,48	400	12,0%
Caturai	4 325	4 686	0,8	405	8,6%
Goianápolis	10 636	10 695	0,06	267	2,5%
Goiânia	1 090 737	1 302 001	1,79	14 438	1,1%
Goianira	18 703	34 060	6,18	7 318	21,5%
Guapó	13 849	13 976	0,09	1 201	8,6%
Hidrolândia	12 699	17 398	3,2	1 356	7,8%
Inhumas	43 876	48 246	0,95	766	1,6%
Nerópolis	18 574	24 210	2,69	1 747	7,2%
Nova Veneza	6 375	8 129	2,46	693	8,5%
Santo Antônio de Goiás	3 103	4 703	4,25	746	15,9%
Senador Canedo	53 037	84 443	4,76	20 909	24,8%
Terezópolis de Goiás	5 075	6 561	2,6	374	5,7%
Trindade	81 728	104 488	2,49	15 603	14,9%
Total / Média	1 740 128	2 173 141	2,52	160 799	10,9%

Tabela 3 | Dados de retirada por estação – dias úteis. Fonte: Elaboração própria a partir de microdados do IBGE (2010)

Não é possível comparar nos municípios da RMG a evolução da percentagem de *commuters* na última década, pois esses dados não estão disponíveis de forma desagregada no Censo de 2000. O destino das viagens também não consta nos Censos de 2000 e 2010. Porém, pode-se dizer que, apesar de apresentarem crescimento expressivo, a população dessas cidades ainda continua, em maior ou menor grau, dependente dos postos de trabalho que, em sua maioria, estão localizados em Goiânia, cidade polo da região metropolitana.

Cidades como Goianira, Trindade, Senador Canedo e Santo Antônio de Goiás surgem como novas conurbações com Goiânia; e Bonfinópolis e Abadia de Goiás como novas áreas de expansão. Essas cidades vão paulatinamente cedendo à expansão descontrolada e “desplanejada” patrocinada por interesses do capital imobiliário, que dita as regras não só das características sociais das ocupações como também da direção em que a expansão vai se dar. As investidas do capital imobiliário nas cidades do entorno incluem nichos de empreendimentos do segmento “econômico” destinados à população de renda média e baixa, como, também, outros destinados à população de renda média e alta, como os condomínios horizontais de alto padrão.

4.2 Características socioespaciais e sócio-ocupacionais da RMG

A estrutura da tipologia socioespacial da RMG, definida por Cunha et al. (2013), demonstra a hierarquia da ocupação territorial (Figura 1).

Em nível decrescente de hierarquia social o território é ocupado pelos tipos: Superior, Médio Superior, Operário, Popular Operário, Popular e Agrícola Popular. O tipo Superior concentra os grupos situados no topo da hierarquia social (dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores), os tipos Médio Superior e Operário concentram as categorias profissionais médias (ocupações médias, trabalhadores do terciário e do secundário) e os tipos Popular Operário, Popular e Agrícola Popular concentram as ocupações inferiores na estrutura social (trabalhadores do terciário não especializado e trabalhadores agrícolas). O tipo Superior só existe em Goiânia e o Médio Superior em Goiânia e Senador Canedo. Na região noroeste da capital, onde foram assentadas várias ocupações irregulares (invasões), predomina o tipo Operário que aparece também no município de Inhumas. Nas cidades conurbadas com Goiânia predomina o tipo Popular Operário seguido pelo tipo Popular e nos demais municípios predomina o tipo Agrícola Popular.

Os tempos médios de deslocamento intramunicipais e pendulares dos tipos socioespaciais são mostrados na Tabela 4. Nota-se que, de forma geral, que esses tempos aumentam inversamente com o nível hierárquico da tipologia socioespacial. Os tempos de deslocamento no interior do próprio município tendem a ser menores do que aqueles relativos ao movimento pendular, como era de se esperar. A exceção se dá somente com o tipo Agrícola Popular. A maior ordem de grandeza dos tempos médios de deslocamentos pendulares claramente evidenciam a ocupação periférica das classes inferiores da

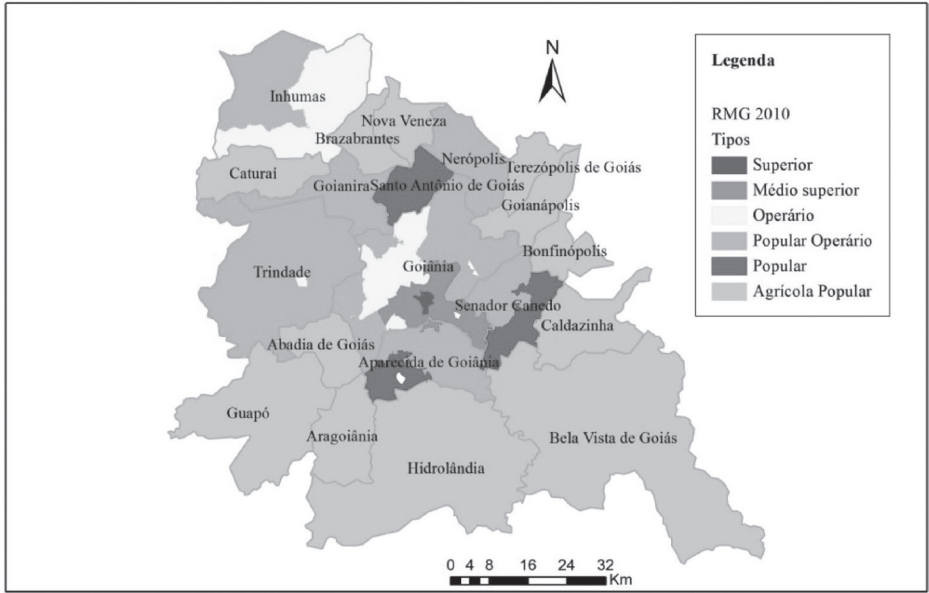


Figura 1 | Tipologia socioespacial na RMG
Fonte: Borges et al. (2013). Observatório das Metrôpoles, Núcleo Goiânia.

Tipologia Socioespacial	Tempo médio deslocamentos no munic. (min)	Total de desloc. município	Tempo Médio desloc. pendulares (min)	Total de desloc. pendulares
Superior	22	27.562	35	1.095
Médio superior	25	202.660	34	16.075
Médio operário	31	150.807	54	3.958
Popular Operário	34	226.235	52	107.905
Popular	34	18.708	64	22.536
Agrícola Popular	19	29.455	61	9.230
Média / Total	27,5	655.427	50	160.799

Tabela 4 | Tempos de viagens segundo as tipologias sócio ocupacional da RMG. Fonte: Elaboração própria a partir de microdados do Censo Demográfico, IBGE, 2010

tipologia socioespacial.

A relação inversa entre a estrutura socioespacial e os tempos de deslocamento por motivo de trabalho também pode ser evidenciada quando se analisa os tempos de viagem das categorias sócio-ocupacionais. A percentagem da população ocupada que se desloca na RMG agregada nos grupos sócio-ocupacionais é apresentada na Figura 2.

Os grupos pertencentes ao topo da hierarquia social: dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores têm menor participação relativa no total de deslocamentos (15%). Em contrapartida, predominam as ocupações médias: trabalhadores do terciário especializado, do secundário e ocupações médias, com 69%, seguidas pelas ocupações inferiores na estrutura social: trabalhadores do terciário não especializado e trabalhadores agrícolas com 17%.

Pode-se constatar (Tabela 5) que os elevados tempos de deslocamentos não são característicos somente da população de média e baixa renda, como se poderia supor, pois abrangem, também,

as três categorias pertencentes ao topo da hierarquia social. Porém, estes representam, em média, somente 2,6% dos deslocamentos que demandam mais de 1 hora para sua efetivação e correspondem em valores absolutos a 4.093 pessoas. A categoria das ocupações médias apresentam, em média, 11,9% dos tempos de deslocamentos superiores a 1 hora, correspondendo a 60.883 trabalhadores e as categorias inferiores (17%) ou 28.400 trabalhadores. No total 93.375 (12,44%) realizam deslocamentos do tipo casa-trabalho, com tempo de ida de mais de 1 hora de duração. Este resultado era esperado, pois os ocupados das categorias superiores tendem a se concentrar no tipo Superior, assim como os ocupados das categorias médias se concentram nos tipos Médio Superior e Médio Operário, e os ocupados das categorias inferiores estão concentrados nos tipos Popular e Agrícola Popular. Como as maiores oportunidades de emprego localizam-se nas áreas de ocupação Superior e Médio Superior e como as tipologias hierarquicamente inferiores localizam-se cada vez mais distantes dessas áreas, os tempos de deslocamento só tendem a

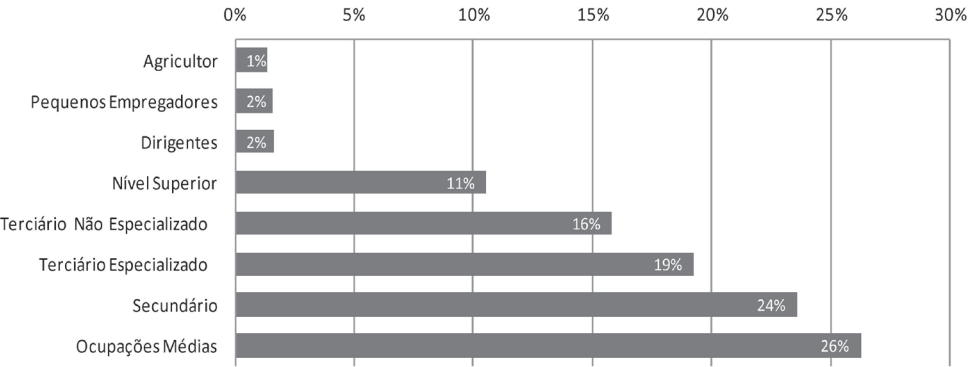


Figura 2 | Percentagem de deslocamentos segundo a categoria sócio-ocupacional. Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Categoria Sociocupacional	Tempo_5m	Tempo_6m30	Tempo_30a1h	Tempo_1ha2	Tempo_2h	Total
Dirigentes	2 213	8 474	1 618	166	34	12 506
% Dirigentes	17,7%	67,8%	12,9%	1,3%	0,3%	
Nível Superior	6 410	49 765	19 161	3 156	578	79 071
% Nível Superior	8,1%	62,9%	24,2%	4,0%	0,7%	
Peq. Empregadores	3 301	7 160	1 409	58	101	12 030
% Peq. Empregadores	27,4%	59,5%	11,7%	0,5%	0,8%	
Ocupações Médias	16 664	102 428	56 742	18 929	2 091	196 855
% Ocupações Médias	8,5%	52,0%	28,8%	9,6%	1,1%	
Terciário Especializado	17 130	71 897	39 439	14 347	1 522	144 335
% Terciário Especializado	11,9%	49,8%	27,3%	9,9%	1,1%	
Secundário	18 823	85 765	48 295	21 285	2 709	176 877
% Secundário	10,6%	48,5%	27,3%	12,0%	1,5%	
Terciário Não Espec.	9 965	44 956	36 158	24 964	2 578	118 621
% Terciário Não Espec.	8,4%	37,9%	30,5%	21,0%	2,2%	
Agricultor	930	5 093	3 046	709	149	9 927
% Agricultor	9,4%	51,3%	30,7%	7,1%	1,5%	
Total	75 437	375 539	205 869	83 614	9 762	750 221

Tabela 5 | Categorias sócio-ocupacionais e tempos de deslocamento. Fonte: Elaboração própria com base no cruzamento de microdados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

aumentar.

Ressalta-se que o número total de pessoas consideradas na categoria sócio-ocupacional foi de 750.221, não correspondendo, portanto, ao total de pessoas ocupadas que se deslocam, que é de 816.226. A diferença, explicada pelo IBGE (2010), é que tratam-se de pessoas que aparecem no banco de microdados como ocupações “mal definidas”.

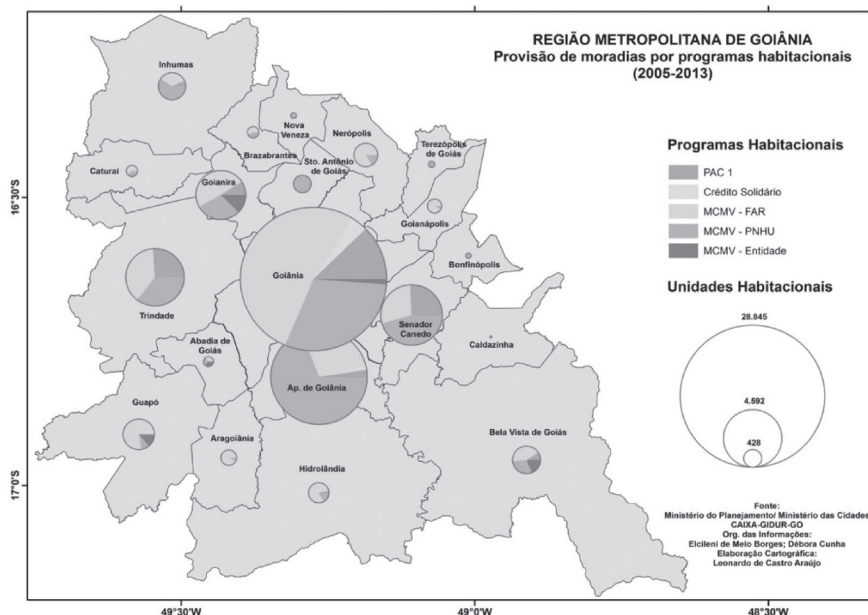
4.3 Característica da dinâmica imobiliária no processo de expansão urbana

A RMG passa recentemente por uma verdadeira explosão de empreendimentos imobiliários. Na esteira dos programas governamentais de habitação de interesse social e das facilidades de crédito imobiliário, vêm sendo lançados, na RMG, inúmeros empreendimentos de vários tipos. São loteamentos diversos localizados principalmente nas cidades da região metropolitana,

condomínios verticais de alta densidade, condomínios horizontais, etc. Os municípios conurbados e contíguos à Goiânia vêm recebendo infraestrutura e empreendimentos de vários programas habitacionais com recursos do Governo Federal. O público alvo desses investimentos é a classe trabalhadora e migratória “que, por razões econômicas e sociais vão buscar solução de moradia no entorno” (IPEA, 2013). Na Figura 3 é mostrada a distribuição dos novos empreendimentos dos Programas Habitacionais entre os municípios da Região Metropolitana de Goiânia. Os dados abrangem o período de 2005 a 2013 e referem-se aos Programas Habitacionais descritos de forma sucinta a seguir.

- PAC 1 - Programa de Aceleração do Crescimento: visa à produção habitacional e Urbanização de Assentamentos Precários com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e Orçamento Geral da União (OGU);
- Programa Crédito Solidário: objetiva o financiamento habitacional a famílias de baixa renda organizadas em associações,

Figura 3 | Provisão de moradia por Programas Habitacionais na RMG (2005-2013) Fonte: Borges *et al.* (2013). Observatório das Metrôpoles, Núcleo Goiânia.



cooperativas, etc., e caracteriza-se pela autogestão coletiva. Recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);

- MCMV- FAR: Programa Minha Casa Minha Vida destinado às famílias com renda familiar bruta de até 03 salários mínimos (SM). Financiamento com subsídio quase integral; recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR);

- MCMV – PNHU: Minha Casa Minha Vida/Programa Nacional de Habitação Urbana, destinado a famílias com renda familiar bruta de 3 a 6 e de 6 a 10 SM. Carta de Crédito individual ou associativa. Financiamento subsidiado com recursos do FGTS;

- MCMV PHP - Minha Casa Minha Vida / Programa de Habitação Popular-Entidades, destinado às famílias com renda familiar de até 03 SM por meio das entidades organizadas sob forma coletiva. Recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

Destacam-se na provisão de moradia os municípios de: Goiânia com 28.845 unidades, Aparecida de Goiânia com 12.587, Senador Canedo com 5.115, Trindade com 4.592 e Goianira com 3.369 (Borges *et al.*, 2013). Os investimentos realizados estão concentrados, principalmente, nas áreas dos tipos socioespaciais: Popular, Popular Operário e Operário. Porém, os reflexos nos deslocamentos na área metropolitana ainda não foram captados nos dados do IBGE (2010). No

entanto, a julgar pela localização dos investimentos e pelos resultados das análises realizadas existem fortes indicativos que sinalizam na direção do aumento da quantidade e dos tempos de deslocamento, especialmente dos pendulares. Chama a atenção o crescimento por que passam Senador Canedo, Goianira, Aparecida de Goiânia, Trindade e Abadia de Goiás. Essas cidades têm sido alvo constante da especulação imobiliária em virtude dos preços mais acessíveis da terra.

5. Conclusões

A análise do fluxo de deslocamentos na RMG indica que os tempos de deslocamento pendulares aumentam inversamente com o nível hierárquico dos tipos socioespaciais e das categorias sócio-ocupacionais e evidenciam a ocupação periférica das classes inferiores dos tipos socioespaciais. Por sua vez existe relação direta entre os índices de crescimento populacional e a percentagem de *commuters*. As cidades que apresentaram as maiores taxas de crescimento entre 2000 e 2010 são aquelas que também apresentaram a maior proporção de *commuters* em 2010, evidenciando a dependência dos empregos na capital.

A análise da dinâmica imobiliária revela que na esteira dos programas governamentais de habitação e das facilidades de crédito imobiliário, empreendimentos de vários tipos têm sido lançados na

RMG, notadamente nos segmentos ditos econômicos. Verifica-se que a distribuição territorial dos novos empreendimentos se dá rumo ao entorno metropolitano e acentuam os processos de “periferização” e segregação espacial. Pelo menos três fatores determinam a localização e a direção do processo de expansão: as demandas por moradia, os interesses do capital imobiliário e a ineficiência do estado em fazer cumprir o seu papel regulador. A ação combinada desses fatores estabelecem as condições de ocupação territorial cuja resultante parece ser a mesma revelada no breve histórico do processo de ocupação e expansão da cidade de Goiânia, que enquanto “cidade planejada” permitiu a segregação socioespacial e o favorecimento da especulação imobiliária já na sua origem.

A mesma forma de organização socioespacial verificada no passado é agora recriada em escala metropolitana, como indicado pelo conjunto de dados sobre os movimentos pendulares. O Estado demonstra fragilidade ou desinteresse em cumprir seu papel regulador na medida em que não consegue evitar que os limites da metrópole se estendam indefinidamente e que a população metropolitana se mantenha dependente dos empregos na capital.

6. Agradecimentos

Os autores agradecem o CNPq e a FAPEMIG pelo apoio financeiro à realização e divulgação desta pesquisa.

_Nota: Originalmente as imagens foram produzidas a cores.

Bibliografia

- Barbosa, A. S., Cabannes, Y., Moraes, L. M. (1997) Tenant today, posseiro tomorrow. *Environment and Urbanization*, 9(2), London, England.
- Borges, E. M., Moisés, A., Cunha, D. F. (2013) Organização social do território e formas de provisão de moradia na região metropolitana de Goiânia. Texto ainda não publicado. Observatório das Metrópoles – Núcleo Goiânia, Goiânia, GO.
- Branco, M. L. G. C., Firkowski, O. L. C., Moura, R. (2005) Movimento

pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. São Paulo em Perspectiva, 19(4), Movimentos Migratórios nas Metrópoles. Fundação Seade, São Paulo, SP.

Cunha, D. F., Silva, E. R., Borges, E., M. Landeiro, M., Barcelos, T. C. (2013) Estrutura Social e Organização Social do Território. Texto ainda não publicado. Observatório das Metrópoles – Núcleo Goiânia, Goiânia, GO.

Gonçalves, A. R. (2002) A construção do espaço urbano de Goiânia (1933- 1968). Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), (2010) Censo Demográfico.

Disponível em: www.ibge.gov.br.

IPEA (2013) Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: Região Metropolitana de Goiânia. Brasília, DF.

Moraes, L. M. (2003) A Segregação Planejada: Goiânia, Brasília e Palmas. Editora da Universidade Católica de Goiás, UCG, Vol. 01, 270 p., Goiânia- GO.

Moysés, A., Cunha, D. F., Borges, E. M. (2010) O Estado de Goiás e a Região Metropolitana de Goiânia no Censo 2010. Observatório das Metrópoles – Núcleo Goiânia, Goiânia, GO.

Moysés, A., Silva, E. R., Borges, E. M., Ribeiro, M. G. (2007) Da Formação Urbana ao Empreendedorismo Imobiliário: A nova face da Metrópole Goianiense. *Revista Mercator – Revista de Geografia da UFC*, 6(12), 2007 (37-50).

Ojima, R. (2007) Análise comparativa da dispersão urbana nas Aglomerações Urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental. Tese de Doutorado, (IFCH/UNICAMP), Campinas, SP.

Oliveira, A. F. (2005) A Reprodução do Espaço Urbano de Goiânia: uma cidade para o capital. In: Moysés, A. Cidade, segregação urbana e planejamento. Ed. UCG, Goiânia, GO.

Paula, F. M. A. (2003) Descentralização e segregação sócio-espacial em Goiânia: uma análise das centralidades dos setores Bueno, Oeste e Marista. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO.

Pelá, M. C. H. (2009) Goiânia: o mito da cidade planejada. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO.

Victoi, R. S. (2013) Cidade polissêmica: diálogos interdisciplinares sobre a cidade de Goiânia. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO.